

# Representações do papel da mulher nos estudos de Natalie Zemon Davis sobre a Europa Moderna

Representations of the role of women in Natalie Zemon Davis's studies of Modern Europe

Isadora Regina Celso Barbosa\*

## Resumo

O presente trabalho tem como seu objetivo principal analisar as representações sobre o papel da mulher na Europa Moderna nas obras de Natalie Zemon Davis: *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI* (2001) e *Nas margens* (1997), sendo elas fontes de pesquisa e suas narrativas objeto de estudo deste trabalho, a partir da problematização de sua plausibilidade científica e a sua significação para as representações socioculturais das narrativas históricas presentes no período renascentista.

Palavras-chave: Renascimento; mulheres; Europa Moderna

## Abstract

The present work has as its main objective to analyze the representations about the role of women in Modern Europe in the works of Natalie Zemon Davis: *Stories of Forgiveness and its narrators in 16th century France* (2001) and *On the margins* (1997), being them of research and its narratives object of study of this work, from the problematization of its scientific plausibility and its significance for the socio-cultural representations of the historical narratives present in the Renaissance period.

Keywords: Renaissance; women; Modern Europe

\*Universidade de Passo Fundo. E-mail: isadorarcbarbosa@gmail.com.

## Introdução

“Numa época elas foram de carne e osso; depois deixaram apenas lembranças, retratos, seus textos e sua arte” (Natalie Zemon Davis, *Nas Margens*).

O período Renascentista é um momento marcado por diversas transformações no âmbito social e cultural, conjugando a “dialéctica do mistério e da clareza, da credulidade e do espírito crítico, da fantasia e do rigor, da vitalidade e do método nas mãos do historiador” (DELUMEAU, 1984, p. 125), passível de diversas análises historiográficas. As concepções de humanidade tinham suas heranças na Idade Média, fazendo com que os indivíduos desse período tivessem “medos das bruxas, mas se divertissem com o ocultismo” (DELUMEAU, 1984, p. 127), como, também, provocando diversas contradições sociais que permeiam o período acerca da imagem da mulher.

É sob a égide desta perspectiva temática, deste período histórico, compreendido entre os séculos XV e XVII, que o presente artigo tratará quais eram os papéis que as mulheres assumiam no Renascimento<sup>1</sup>, realizando uma análise historiográfica das narrativas históricas dos livros de Natalie Zemon Davis: *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI* (2001) e *Nas margens* (1997); nestas obras, a autora utiliza do diálogo entre História e Literatura como uma vertente da História Cultural, sendo possível, portanto, discutir sobre sua corrente teórica na escrita do texto histórico, partindo do conceito de representação.

A análise será possível utilizando o método da matriz disciplinar da História (RÜSEN, 1987, p. 15), o qual corresponde à interrelação sistemática de cinco fatores, necessários, cada um por si, e suficientes, no seu conjunto, para organizar o conhecimento histórico como processo cognitivo e, no caso desta pesquisa, para a análise historiográfica. Os cinco fatores são: a) contexto social do historiador; b) orientação teórica; c) regras metódicas; d) narrativa e representação histórica; e, por fim, e) a função do conhecimento histórico no contexto sociocultural. Neste estudo, trataremos dos seguintes vetores: contexto social de inserção e influência nas pesquisas de Davis e, conseqüentemente, de suas obras; as narrativas das obras, protagonistas e contextos abordados; e, por último, as narrativas e representação histórica sobre as mulheres na renascença.

Dessa forma, a partir das especificidades das estratégias anteriormente elucidadas, bem como do problema definido para nossa investigação acerca dos papéis que as mulheres assumiam no Renascimento, será possível a interpretação historiográfica, tendo como procedimento metodológico a estratégia didática da matriz disciplinar na História de Rüsen, ou seja, a interpretação e a operação das fontes de forma complexa, tendo em vista teorizar os

---

<sup>1</sup> O Renascimento foi um período de importantes transformações artísticas, culturais e científicas, que ocorreu na passagem da Idade Média para a Idade Moderna na Europa, tendo seu berço na Itália nos séculos XIV à XVI.

contextos históricos e historicizar os fatos (RÜSEN, 2014, p. 186), pois a interpretação conecta os acontecimentos do passado por meio da intersubjetividade assumindo sua função explicativa, sendo possível avaliar/mapear as mudanças estruturais do pensamento histórico e historiográfico, como também abordar articulações do imaginário social e as redes de significações no contexto social sobre o protagonismo das mulheres na Europa renascentista.

### **O percurso crítico de Natalie Zemon Davis**

Natalie Zemon Davis nasceu em 1928, na cidade de Detroit nos Estados Unidos e era de família judaica. Seus estudos iniciaram em Harvard e ela fez seu doutorado na Universidade de Michigan. Em sua autobiografia, *A life of learning*, Davis fala de sua aproximação com o marxismo desde a juventude, mesmo tendo crescido em um ambiente conservador, o que ela admite que foi uma verdadeira revelação (DAVIS, 1997). Seu interesse pela história social surgiu a partir da leitura de Marc Bloch, interessando-se pela vida de homens comuns, resultando em seu primeiro estudo sobre uma revolta ocorrida em uma pequena cidade inglesa no século XVI e pela vida da cidade de Lyon, com seus motins rurais,

Portanto, não surpreende que Davis utilizasse, na época, maiores referências aos estudos de Hobsbawm, que era inglês, e não diretamente a historiadores franceses, pois historiadores ingleses eram simpatizantes ao marxismo, aproximando-se da historiografia de Davis. Tomemos Hobsbawm e Thompson como exemplo, eles e Davis lançaram livros em sequência que faziam alusão a um mesmo objeto de estudo, mesmo que visto de óticas teóricas diferentes: a história vista de baixo, ou seja, uma historiografia que se preocupava com “os excluídos da História” como cita Michelle Perrot (2017). Segundo Suzanne Desan (1992, p. 85), para Natalie Zemon Davis, a coesão da comunidade era um fator decisivo e, por causa disso, ela não teria aprofundado, tanto quanto poderia os distintos papéis dentro de uma comunidade, bem como suas rupturas sociais e culturais. As pesquisas e trabalhos de Davis demonstram a aproximação com a antropologia, importante, segundo ela, para compreender os elementos simbólicos de representação de uma sociedade e sua dinâmica histórica.

As obras de Davis demonstram sua sensibilidade e originalidade na pesquisa com fontes históricas. Ela confrontou-se com documentos que jamais haviam sido utilizados, deparando-se com o desconhecido. Descobrir lacunas e o mundo vivido por homens e mulheres no Renascimento fez com que a historiadora desse uma importância maior ao processo de descoberta e a reflexão teórica e conceitual sobre sua prática historiográfica<sup>2</sup>. O diálogo entre Antropologia e História situam-se no tempo e no espaço, colocando como análise o contexto. Se na década de 1950 havia um “embate” entre ambas as áreas para construir análises sociais, na década de 1970, com a crise de paradigmas, essas duas disciplinas eram relacionadas ao campo

---

<sup>2</sup> Em algumas entrevistas, como as citadas no corpo do texto e que estão nas referências bibliográficas desse trabalho, muito rapidamente, Natalie Davis fez algumas reflexões teóricas sobre seu trabalho.

cultural. Nesse sentido é que pode-se compreender, com o passar das décadas, a aproximação da História e Antropologia, pois há o interesse no indivíduo e a recusa de uma História determinista. É nesse panorama que Natalie Davis ampara sua forma de escrever História, tendo base nos problemas e desafios na hora de tratar de fenômenos culturais.

Em um momento de uso de determinismos no campo da História, Davis deixa claro acima a necessidade de haver atenção para os contextos particulares onde se desenvolvia a vida social, pois no caso das três primeiras características, se dá ênfase a procedimentos que desnaturalizam relações já determinadas pela história social, por exemplo. Essa prática antropológica parte da observação cuidadosa dos processos sociais. Davis aproximava assim a importância do historiador ter um olhar mais atento para captar dimensões sociais, ou seja, a relevância de pequenos eventos em determinadas análises históricas.

Seu interesse nas múltiplas formas de se contar uma história, já explicitado em sua trajetória histórica, foi o que levou a autora a “acrescentar” a antropologia à sua análise e, mais especificamente, em narrativas literárias e na estrutura literária (PALLARES-BURKE, 2000, p.105). Ela destaca que seu interesse pela relação literatura-história veio desde a década de 1970, quando percebeu a necessidade de atentar ao caráter narrativo dos testemunhos, fossem eles de origem literária ou não. A discussão teórica acerca de “história e verdade” não era nova na década de 80, mas ao explicitar seu olhar historiográfico a narrativa, como nos livros *Nas Margens* e *Histórias de Perdão*, Davis deixava clara a continuidade de sua aproximação com a antropologia, gerando debates que discutiam as possibilidades e os limites da narrativa histórica. Nesse seu percurso, fica claro que qualquer tentativa de descrição de um mundo social alheio ao tempo presente parte, indubitavelmente, de um ato de imaginação, onde emerge uma interpretação única.

Nota-se os ecos dessas premissas nos livros em análise nessa pesquisa. Entre realidades e possibilidades, a autora assume a dimensão interpretativa de seus textos, uma vez que o objetivo sempre foi “ver as interações pessoais na exata cronologia dos acontecimentos e ouvir a maneira como os participantes descreveram o que estava acontecendo” (DAVIS, 1997, p.24). Essa descrição da narrativa histórica utilizada pela autora evidencia a parte fundamental antropológica de interpretar e valorizar os discursos em suas pluralidades e ambivalências, sem silenciar o lugar do historiador. Em seus estudos, ao proporcionar essa forma de leitura e interpretação de seus leitores, anuncia novos caminhos analíticos para possibilidades interpretativas, dialogando com o princípio de “invenção” no patamar epistemológico.

Assumindo esse formato dialógico, a autora trabalha com a possibilidade de troca entre uma multiplicidade de vozes em suas pesquisas, convidando o leitor a ser “participante ativo na construção do sentido do texto, que apenas sugere conexões de sentido” (CALDEIRA, 1988, p.143), tomando as identidades como construções e não como dados a ser objetivados. Há,

portanto, a construção de uma verossimilhança feita por diversos indivíduos<sup>3</sup>.

### **O contexto social de inserção da autora e das obras**

No começo do século XX, por meio do movimento dos Annales, a proposta de renovação historiográfica é desenvolvida na França, buscando ampliar as fontes históricas, criticando as produções ditas tradicionais. Nesse sentido, a partir do contexto de transformações, ganha destaque o movimento historiográfico denominado História Cultural. Através dos estudos de Peter Burke, que propõe uma nova postura ao trabalhar a história, entende-se por História Cultural o conjunto de interpretações, debates e conflitos de tradições culturais compartilhados por uma sociedade (BURKE, 2005, p.8). Buscando os aspectos linguísticos, religiosos, familiares, etc., esse tipo de produção histórica pretende construir representações de determinada cultura em determinado espaço temporal. Para a História Cultural cabe, portanto, tentar compreender as significações das práticas cotidianas de uma dada época, ou seja, “a História Cultural se torna, assim, uma representação que resgata representações, que se incumbem de construir uma representação sobre o já representado” (PESAVENTO, 2003, p. 43).

E nesse movimento de recuperação de representações, o historiador se depara com o “outro”, por meio dos documentos e das fontes acessadas. Para Chartier, assim como para Pesavento, as representações são demonstradas por meio do discurso. Todavia, Chartier ressalta que as formas diferentes que os indivíduos aprendem e utilizam os discursos é que dão a ver e a pensar o real, uma vez que para ele as leituras dos discursos feitas pelos sujeitos e a consequente produção de sentido são determinadas por certos processos entre texto e leitor, ou seja, “representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. (CHARTIER, 2002, p. 177) Assim, o modo de empregar o discurso deve ser observado, pois é construído historicamente.

O compromisso de Davis em produzir uma história de cunho social, e (re)pensando as teorias de Marx, fica evidente em seus textos, uma vez que ela pretende compreender o sentido que determinadas maneiras de viver tinham para quem as vivia, manifestando ter apreço pelo - como ela mesmo diz - “conceito de múltiplos eixos em torno dos quais uma sociedade se organiza e se move, o que contrasta com meu modelo marxista bidimensional” (DAVIS, 1997, p. 17), ou seja, configurando assim uma perspectiva analítica que leva em conta o processo dos sujeitos e suas construções no campo social e das ideias.

Além de trabalhar com a história cultural e história social, Natalie Davis é adepta da

---

<sup>3</sup> Sobre isso é evidente a influência de Mikhail Bakhtin na obra de Natalie Zemon Davis. Ver mais em: BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008

“história vista de baixo”<sup>4</sup>, da micro história e também vista como pioneira<sup>5</sup> na área da história das mulheres. Com todas essas referências acerca da sua trajetória intelectual, o que chama atenção em seus trabalhos é a forma como pratica a historiografia, trabalhando com certo encantamento perante as curiosidades do passado, trazendo perspectivas novas para a História.

Com isso, Davis, em 1995, lança o livro *Nas margens*, o qual trata da vida de três mulheres do século XVII: Gliki bas Judah Leib, uma judia, Marie de l’Incarnation, freira ursulina, e Maria Sibylla Merian, naturalista e pintora. Davis teve o compromisso, nesse livro, de não ver essas mulheres como vítimas passivas de uma sociedade dominada por valores masculinos e buscou, com muita sensibilidade, reconstituir a vida dessas três mulheres, por meio de cartas por elas deixadas e através de escritos pessoais, fontes essas que deixam clara em sua trajetória o nascimento do mundo moderno.

O outro livro, com o qual trabalhamos nesta pesquisa, é *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI*. Lançado em 1987, na obra, Davis analisa cartas de perdão ou remissão do século XVI, as quais eram instrumentos jurídicos em que os súditos solicitavam clemência ao seu Rei. Já na introdução do livro, a autora deixa claro o discutido acima: embora tenha aprendido que historiadores devem deixar elementos ficcionais de lado para poder atingir fatos reais por meio de métodos científicos, nessa obra em si o centro da análise foram justamente os aspectos ficcionais, uma vez que Davis compreendia que ficção não significava falsidade, mas sim as percepções dos indivíduos do século XVI acerca de seu mundo e como narravam os acontecimentos.

A necessidade de considerar o documento enquanto monumento (LE GOFF, 1924) significa pensar o documento não somente como vestígio do passado, mas sim como representação de mundo do seu autor, como uma construção cognitiva intencional capaz de produzir uma memória ou memórias selecionadas para permanecer na história. A literatura permite o acesso do historiador a uma época, ao modo com o qual as pessoas pensavam o mundo e a si próprio, bem como os valores que as guiavam, os medos, os preconceitos, etc., sendo fonte importante para a leitura do imaginário, fornecendo espaços para se pensar como e por que as pessoas agiam de tal forma, auxiliando na compreensão da narrativa histórica.

Essa narrativa histórica abre possibilidades de notar as especificidades do que separa um texto histórico de um ficcional. Segundo Jurandir Malerba (2016, pg. 22-23), há pontos a se considerar acerca da narrativa: a) a narrativa histórica como um modo de explicação; b) as narrativas como histórias de ação; c) o realismo histórico na narrativa; d) as considerações literárias e ficcionais sobre o passado. Nesse sentido, o que mais interessa para essa pesquisa

---

<sup>4</sup> O artigo, com o título “História vista de baixo”, encontra-se na coletânea *The Essencial E. P. Thompson*. New York: The New Press, 2001.

<sup>5</sup> Para maior aprofundamento, ver mais no artigo publicado de Tereza Cristina Kirschner, professora titular do Departamento de História da Universidade de Brasília, disponível em: [publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/article/download](http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/article/download)

são os aspectos metodológicos dos itens “a” e “d”, pois nas obras de Davis existe o diálogo com a literatura a partir dos documentos existentes utilizados como fonte, ou seja, há um “papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia” (MALERBA, 2016, pg. 27), uma vez que o historiador narra o passado a partir de uma informação primária para formar a totalidade histórica.

Dentro da experiência literatura-história também é necessário compreender sobre a linguagem, essa podendo ser social ou individual e com sua carga de subjetividade, “possibilitando a trindade discurso, memória e identidade” (AQUINO in: AQUINO et al, 2016, pg. 29). Perceber o homem enquanto sujeito possibilita essa experiência textual da (inter)subjetividade, tornando-o protagonistas da linguagem e essa sendo vista como locutora da vida, ou seja, a linguagem não é somente língua-discurso no sentido enunciativo, mas sim algo que possibilita produzir conhecimento sobre o homem (BENVENISTE, 1995, pg. 37). A partir dessa lógica, a língua se constitui através dos símbolos culturais que o indivíduo possui, podendo afirmar que “a língua se constitui como um mecanismo de significação” (AQUINO in: AQUINO et al, 2016, pg. 35), por isso todo esse conjunto semântico deriva do sistema de valores de uma sociedade, sendo expressados na língua e tornando-se, posteriormente, em discurso.

Pode-se afirmar que o discurso é lugar de constituição de memória e identidade, como nos lembra Agamben (2008, p. 68.): “o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua ao discurso; porém este trânsito, este instante, é a história”. E essa reflexão está totalmente vinculada à condição humana de simbolizar na linguagem, já que aquele que representa a linguagem faz nascer em seu discurso a experiência do acontecimento, e aquele que ouve recria, criando um movimento de constantes reformulações por meio de discursos, já que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse...” (BENVENISTE, 1995, p. 31). Portanto, nota-se que é a partir do simbólico na linguagem que permite que o discurso seja constituinte da memória e identidade. Nas palavras de Machado e Reichert:

La cuestión es que, en la narrativa histórica, encontramos contenidos temporales correspondientes a los acontecimientos pasados y a su enunciado/discurso, los cuales, a partir del programa metodológico definido por el historiador, traducen una concepción de historia, un diseño de identidad, permitiéndonos problematizar la plausibilidad científica de su contenido y su significación sociocultural. [...]entre tantas cuestiones, destacamos un elemento nuevo de comprensión que proporciona un modo de ver acerca de la relación entre la historia, como proceso social y como disciplina, y la literatura, como una forma de expresión artística de la sociedad poseedora de historicidad y como fuente documental para la producción del conocimiento histórico. (2018, pg.138)

Nesse sentido, para Bourdieu (1989) os sistemas simbólicos só exercem poder de estrutura na história porque seu poder é construtor de realidades, ou seja, esse poder simbólico constituinte de memória e identidade tem, explicitamente, uma função social e política “de

instrumentos de imposição ou legitimação da dominação [...] de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 1989, pg. 11). Enfim, as narrativas, como símbolo, traduzem-se num lugar onde se articulam o social e sua representação, pois a memória enquadrada na escrita retorna ao cotidiano como um jogo político pela construção/reconstrução/manutenção de identidade social e cultural. Assim, constitui um bem simbólico num jogo sociocultural pela manutenção da legitimidade do poder narrativo de três elementos que serão objeto deste estudo: o autor dotado de poder cultural, pela capacidade de captar os movimentos históricos de seu tempo, pela sua formação e percepção social; os protagonistas das narrativas, as mulheres no contexto renascentista, representação elaborada pela autora, bem como o marco sistema simbólico da definição de lugar sociocultural, fruto de transformações materiais, mentais e definição de mundo social renascentista.

### **Nas margens: três mulheres do século XVII e Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI**

O Renascimento surge com diversas contradições. Em certa perspectiva, é como se logo que a Idade Média tivesse acabado (o que é de difícil definição, não há como delimitar esses termos e inícios de forma linear, estipulando datas e fatos, o que pode-se é estimar) e o pensamento, cultura e imaginário, característicos do período, tivessem acabado junto, e o Renascimento em ascensão seria um novo tempo, sem nenhuma influência da época anterior. Ao mesmo tempo, o progresso espiritual iniciou um movimento de libertação do indivíduo, tirando-o de certas amarras medievais, iniciando um processo de reconhecimento enquanto sociedade. Essa compreensão de si e do outro, a nível de sociedade, explica bastante esse período conturbado em que nasce a Idade Moderna. Sendo assim, esse contexto do período é o que contorna a vida das mulheres nos dois livros de Davis. Elas foram indivíduos que viveram e experienciaram o nascimento do mundo moderno, com todas suas problemáticas e belezas.

Nesse contexto, Em 1987, surge o livro *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. Nessa obra, Natalie Zemon Davis analisa as cartas de perdão do século XVI, que são instrumentos jurídicos através das quais os súditos pediam clemência ao soberano. Na própria introdução do livro, a autora comenta que, apesar de ter aprendido que historiadores devem eliminar os elementos ficcionais dos documentos para obter os fatos reais, no sentido da heurística de Marc Bloch, ela fazia uso da ficção nessa obra não como falsidade, mas como criação, sendo justamente os aspectos ficcionais o centro da análise.

Fazendo isso, ela não pretendia minimizar a importância dos documentos, mas expressar novas interpretações e apresentá-los com novas percepções acerca do século XVI, recorrendo à História, Literatura e Direito para mostrar como as pessoas narravam os acontecidos:

Procuro mostrar como as pessoas do século XVI contavam histórias (mesmo no caso especial de uma história de perdão), o que

consideravam uma boa história, como davam conta do motivo e como, por meio da narrativa, faziam com que o inesperado ganhasse sentido e introduziam coerência na experiência imediata. Quero acompanhar a variação de suas histórias, dependendo do narrador e do ouvinte, o modo como as regras da trama desses relatos judiciais de violência e perdão interagem com hábitos contemporâneos mais abrangentes de explicação, descrição e avaliação. [...] observar de perto os meios e o ambiente de produção das histórias e os interesses que tanto o narrador como a plateia tinham no evento de contar histórias. Mas estarei também concebendo “estruturas” que existiam antes do evento nas mentes e nas vidas dos participantes, no século XVI... (DAVIS, 1987, p. 17)

Porém, Natalie Zemon Davis não identificava história como ficção, segundo ela:

A pesquisa histórica envolve algum trabalho de imaginação e a escrita da história exige uma habilidade que é, em parte, imaginativa. Há, por assim dizer, no modo como se pensa e se escreve, uma região em que as fronteiras entre história e ficção se confundem. Mas, por outro lado, os historiadores, em regra, consultam textos – algo externo a eles mesmos –, e não suas próprias mentes, quando precisam verificar algo. [...] Não nos é permitido escapar às regras da história, e muito me agrada, na verdade, ter que me submeter a algo exterior a mim mesma. (DAVIS, 2000, p. 108)

Com isso, nota-se que o contato da autora com esses documentos fez com que ela tivesse o desafio de analisar histórias contadas por homens e mulheres de diferentes classes sociais, as cartas permitiram que Davis acessasse estratégias culturais e narrativas que colocam a vida cotidiana no centro da análise que, como cita Ginzburg, é uma das muitas alternativas possíveis da análise histórica. É evidente que Davis, desde o título do livro, faz uso da ficção como eixo de análise historiográfica, renovando seu diálogo com a antropologia e cita:

[...] ficção aqui se refere não a falsificação, mas ao elemento de criação presente em tudo que fazer e dizemos. Longe de constituir um esforço de criar descrédito sobre os arquivos, eu estava apresentando-os como uma fonte de novas evidências sobre o século XVI: evidências sobre como as pessoas disseram as coisas (DAVIS, 1997, p.28)

Tratava-se do desdobramento das preocupações de Davis, as quais ela vinha já construindo em anos anteriores à publicação de outras pesquisas. Em *Histórias de perdão*, essa multivocalidade é exatamente o objeto de pesquisa, chamando a atenção justamente para o processo de construção textual das cartas, fazendo com que o livro chame a atenção do leitor para as estratégias que os sujeitos, em seus contextos específicos, utilizavam para escrever as cartas de remissão. Isso torna a narrativa interessante como elemento de expressão acerca da vida social.

Nos anos que seguiram à publicação de *Histórias de Perdão*, dois temas ganharam ênfase na historiografia de Davis: o interesse pela questão da mulher na História e a atenção

para as trajetórias individuais expressas em narrativas autobiográficas. Nesse sentido, em 1995 ela lança o livro *Nas margens*, que trata da vida de três mulheres do século XVII: Glikl bas Judah Leib, judia, Marie de l'Incarnation, freira ursulina, e Maria Sibylla Merian, naturalista e pintora protestante. Como já citado anteriormente, Davis utilizou de um olhar muito sensível para reconstruir a vida dessas três mulheres, as quais revelam, a partir de seus documentos, o nascimento do mundo moderno em suas inúmeras facetas. Como observou Pallares-Burke, nessa obra, Davis consegue reunir diversos aspectos de suas pesquisas anteriores, como a ênfase no social, no etnográfico e no literário, ainda que indiretamente, abordar questões importantes dos debates contemporâneos sobre o conhecimento histórico. (2000, p. 83). É interessante destacar que, após sua pesquisa com Maria Sybilla Merian, Davis deparou-se com correspondências dessa mulher com um médico judeu que morava na América do Sul e, doze anos após a publicação de *Nas margens*, surgia um livro sobre esse novo projeto de pesquisa: a vida desse médico judeu proprietário de escravos em uma colônia holandesa. Seu interesse era examinar as percepções judaico-cristãs sobre a escravidão, mas isso é história para outra pesquisa. O interessante é compreender como as possibilidades de pesquisa que Davis teve em sua trajetória foram imensas, abrindo portas para diversas interpretações de períodos históricos sobre uma mesma fonte.

Ao atentar para esses detalhes da narrativa, Davis estabelece um diálogo com a antropologia logo no prólogo do livro, em que ela constrói um diálogo imaginário entre as três personagens e a própria autora, deixando marcadas as diferenças entre as três mulheres. O motivo da escolha dessas três mulheres foi o de que, para além de suas muitas diferenças, elas fossem todas “urbanas, filhas de artesãos e mercadores – de plebeus – da França e dos Estados germânicos”. (DAVIS, 1997, p.12)

Situadas “nas margens” dos mundos sobre os quais escreviam, tanto por sua condição de mulher como de estrangeiras – seja isso no sentido geográfico ou religioso – seus relatos expressavam a necessidade de escrever “sobre as relações com pessoas estranhas ao seu mundo” (DAVIS, 1997, p.12). Portanto, seria na trajetória dessas mulheres que a história deveria ser compreendida fugindo do sentido totalizante do conceito de cultura, por meio de um procedimento trabalhado pela antropóloga Lila Abu-Lughod chamado “etnografia do particular” (1991)<sup>6</sup>. A partir disso é que Davis consegue analisar as trajetórias individuais que permitem que ela situe suas personagens em meio a um processo cultural, o qual proporciona compreender o cotidiano do povo francês do século XVII. Em *Nas margens*, a cultura dinâmica é representada nas três mulheres:

No caso de Glikl vimos sua relação com não-judeus; [...] Marie de l'Incarnation e Maria Sibylla Merian constataram que as margens envolviam verdadeiras relações de poder com povos não-europeus – Marie como mestra matriarcal de ameríndios, Maria como proprietária

---

<sup>6</sup> Sobre isso “sugere que os outros vivem como nós mesmos vivemos nossas vidas, não como robôs programados com regras culturais, mas como pessoas atravessando a vida tomando decisões, cometendo erros, tentando ficar bem” (Abu-Lughod, 1991, p.164).

de escravos africanos, caraíbas e arauaques. (DAVIS, 1997, pp.196-197)

Essas perspectivas históricas de misturas de fluxos culturais fazem com que a autora se aproxime dos sujeitos, para quem a construção dos significados não se faz de forma imediata, como explica Davis em uma entrevista:

Minha decisão de examinar casos de mistura cultural remonta à década de 1990, e estava conectada tanto a reflexões pós-colonialistas quanto a movimentos do presente que desenham sólidas fronteiras ao redor de identidade autênticas reivindicadas por diferentes grupos – movimentos fundamentalistas, nacionalismos construídos, e várias formas de ‘políticas de identidade’. Pareceu-me que este último estava fazendo afirmações sobre pureza e autenticidade que não tinham base no passado histórico. [...] Então tudo isso me levou a pensar sobre as formas da mistura cultural. Isso veio à tona já no livro Nas margens. (DAVIS, 2005, p.6)

Esse livro, portanto, a permitiu mostrar os muitos lugares em que a História pode ser escrita, o que se mostra promissor no caso das narrativas escritas por essas três mulheres, cuja trajetória evidenciava as possibilidades da constituição da condição de marginalidade (PALLARES-BURKE, 2000, pp.109-110). E é a partir desse livro que Natalie Zemon Davis “desenha” sua característica historiográfica, passando a “encarar as coisas tanto com os olhos europeus quanto com os olhos não-europeus” (idem). Como resultado, Davis denomina como uma “história descentralizada” (DAVIS, 2011, p.190), que evitava escrever o passado com o olhar de um grupo dominante, mas passa a levar em conta “vozes plurais”.

### **Cartas de Remissão - Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI**

Sob a perspectiva jurídica na França dos séculos XVI e XVII, a remissão trata-se do ato pelo qual o Rei concede perdão legal a um determinado crime. É importante ressaltar que a ação social que essas cartas tinham dentro da sociedade francesa era ímpar, uma vez que elas auxiliam à compreensão de estruturas, a situação da mulher na França e a participação feminina.

Os pedidos de remissão eram feitos por meio de cartas destinadas ao Rei da França, sendo elas a tentativa final que o sentenciado (a) optava ao estar em possibilidade de sofrer pena de morte, embora isso não fosse regra e nem um padrão nas cartas. Natalie Zemon Davis busca, em seu livro, relatar representações e reflexões sobre a situação das mulheres na França, a partir do que é explícito ou subjetivo nas cartas. Cabe ressaltar que, para a autora, as cartas de perdão são uma ligação entre História, Direito e Literatura, como cita abaixo:

De acordo com as categorias dos retóricos e teóricos literários renascentistas, as cartas de remissão eram um gênero misto: uma petição judicial destinada a persuadir o rei e a corte, um relato histórico dos atos de um indivíduo no passado e uma história. (DAVIS, 2001, p.

17)

No que tange à observação histórica, eles são fontes de importantes informações, pois as cartas:

(...) constituem fontes preciosas para o estudo das festas, da violência e da vingança em diferentes meios sociais e grupos etários, das atitudes relativas ao rei e das imagens que dele se faziam, e de outras normas sociais e culturais (DAVIS, 2001, p. 17)

Já sobre o contexto jurídico, a importância de uma carta de remissão é percebida na seguinte passagem:

Por meio de uma carta de remissão (uma vez ratificada por uma corte legal), o perdão real impedia que a pessoa fosse executada e também impedia ou limitava o confisco real de bens que acompanhava essa pena, ou – para citar a fórmula – “perdoava o ato [...] e cancelava toda penalidade, multa, e prejuízo corporal, criminal ou civil que pudesse dela resultar [...] e restaurava ao requerente sua boa reputação e bens (DAVIS, 2001, p. 21)

As diferenças e abordagens quando trata-se das Cartas de Remissão feminina e masculina são evidentes, uma vez que a sociedade da Era Moderna estava muito centrada no domínio do homem sobre a mulher, pois o homem, na concepção do período, tinha direitos que contrariavam a lógica da sociedade contemporânea. Até porque, nas Cartas, nota-se isso em diversas passagens, principalmente nos trechos que citam como o homem poderia punir sua esposa quando se sentisse ofendido por ela, escancarando a submissão e normatização da violência a qual as mulheres eram submetidas, ou seja, a violência contra mulheres nos séculos XVI e XVII era direito inerente à existência dos indivíduos do sexo masculino.

Os pedidos de perdão, que tinham autoria de homens, constituem a maior parte da amostragem selecionada por Davis para análise, e isso se dá, provavelmente, pelo fato de que a quantidade de crimes cometidos por homens que poderiam ser remissíveis é muito maior do que quando se tratava das mulheres. As estratégias de escrita utilizada pelos homens buscavam ressaltar a humilhação a que eles tinham sido submetidos, novamente deixando claro, através desse discurso, como as mulheres deveriam obedecer e ter atitudes que não atingissem o seu marido.

Natalie Zemon Davis analisa no livro uma petição de Thomas Manny, o qual pedia perdão por ter cometido homicídio contra sua esposa, alegando que a mesma estava cometendo adultérios com certa frequência, não suportando mais essa situação de ser humilhado pelos atos da esposa, com isso Thomas constrói uma narrativa em que tenta evitar que ele seja colocado como um criminoso cruel, por meio de uma linguagem apelativa, tenta redimir-se pela culpa ao longo da carta.

Já na descrição de um pedido de perdão de uma mulher, que tem como requerente Marguerite Vallée, também é feito uso de uma linguagem apelativa na construção da narrativa;

porém, nota-se que ela conta que é violentada diariamente pelo marido e preferia tirar sua própria vida a ter que continuar viver sofrendo maus tratos por parte dele. Boa parte das cartas de remissão enviadas por mulheres demonstram, normalmente, que estavam arrependidas sobre seus crimes e procuravam desculpas pelos seus atos, diferentemente do uso do argumento (normalmente masculino) de que tal crime havia sido cometido devido a um momento de raiva. Vale ressaltar que, nesses casos, a questão de gênero era muito mais importante do que a classe social em que a pessoa estava inserida. Outro aspecto interessante a ser observado, uma característica diferenciada entre pedidos de remissão entre homens e mulheres, é a quantidade de cartas que são seladas, uma vez que, nesse caso, das cerca de quatro mil remissões, apenas 1% (um por cento) eram mulheres, e de cada cem pessoas que estavam à espera na Conciergerie de Paris para ratificar suas cartas, três eram mulheres (DAVIS, 2001, p. 127). Além dos homicídios confessados pelas mulheres, os crimes que eram frequentemente conferidos às mulheres eram o de bruxaria e infanticídio, sendo ambos imperdoáveis e nem entram nas estatísticas das cartas de remissão.

### **Nas margens: três mulheres do século XVII**

O livro *Nas margens: três mulheres do século XVII* é, segundo a autora, aquele em que ela consegue reunir diversos aspectos da história social, antropologia, etnografia e literatura, os quais estiveram muito presentes em seus trabalhos anteriores (PALLARES-BURKE, 2000, p.83). O objetivo principal do livro é descrever a vida das três personagens como exemplo de mulheres urbanas do século XVII. Para isso, Davis faz uso de diversas noções que estão presentes nos debates historiográficos e que, apesar de o seu posicionamento ideológico estar implícito ao longo da narrativa, há duas noções nas quais nos debruçaremos como categoria explicativa: micro história e narrativa.

Nessa obra, Natalie Davis reconstrói, de maneira singular, a experiência de três mulheres que viveram no século XVII: Glikl bas Judah Leib, Marie de l'Incarnation e Maria Sibylla Merian. Essas três mulheres são importantes, na visão de Davis, devido a forma como se encontravam na marginalidade e, ao mesmo tempo, representavam tão bem o início do mundo moderno, pois o Renascimento representa um conjunto de novas realidades, juntamente com o mercantilismo, onde surgem perseguições religiosas contra as mulheres as quais “faziam” a História de seu tempo num período em que haviam limitações matrimoniais e sociais, principalmente no que tange a liberdade das mulheres.

O início do mundo urbano é o “reflexo das relações sociais estabelecidas num tempo histórico” (SPOSITO, 2001, p. 14) e isso é notório nesse processo do início da História Moderna, pois começa a surgir a importância da educação e da formação para o trabalho, mas isso somente destinado a homens. Homens pobres e mulheres não tinham o benefício da educação formal, apesar de terem a prática de certos ofícios. As mulheres de famílias nobres eram instruídas especificamente para ampliar suas qualidades sociais, ou seja, aprendiam a tocar

instrumentos, a cantar e, também, as tarefas do lar, como supervisionar empregados, a obediência, o silêncio, a costura, tudo isso para serem boas esposas e mães no futuro (HENDERSON; McMANUS, 1985, p. 82). O humanismo, filosofia crescente do período, definia e facultava essa diferença de educação para homens de diferentes classes e para mulheres. Na obra de Juan Lluís Vives (2000, p. 116-125) ele ressalta que isso se dá, principalmente, devido aos Textos Sagrados que subjaziam os conceitos apresentados pelos humanistas sobre a mulher. Todavia, outros humanistas expressaram em suas obras a preocupação com a educação da mulher, como no caso de Erasmo de Roterdão. Ele defendia a educação erudita da mulher, mas isso voltado com maior foco a mulheres da corte. Apesar desse espírito inovador vindo de alguns personagens do Humanismo, ainda permanecia na sociedade renascentista uma grande resistência à erudição e cultura feminina, isso porque se esperava da mulher a castidade, a educação, os bons princípios, a discipulação e a preocupação voltada ao marido e família, e não uma mulher que tivesse maior liberdade, fosse na esfera familiar ou social.

As três mulheres do livro *Nas Margens* se diferem desse contexto renascentista, pois, por um motivo ou outro, não estavam entre as muitas mulheres que pertenciam a essas organizações (DAVIS, 1997, p. 190), uma vez que elas possuíam históricos e singularidades, mesmo que com vidas distintas, que definem as vozes da vida urbana e das culturas religiosas e trajetórias vocacionais do século XVII, pois estavam longe do poder político, real e cívico desse período: Glikl como judia, Marie e Maria Sibylla como plebeias (idem, p. 195). A religião teve, sem dúvida, influência gigantesca na vida dessas três personagens. Apesar do processo de mudanças que acontecia no século XVII, os pilares fortemente estabelecidos pela epistemologia cristã eram os que baseavam a sociedade renascentista, fortemente enraizada nas tradições medievais, em que conceitos sobre a mulher e a condição feminina eram um peso.

Tanto Glikl, como Maria e Marie tiveram suas vidas abaladas pela Reforma e Contrarreforma, mesmo que 100 anos após, transformando seus argumentos morais e sua subjetividade. As reformas que vieram pós Lutero, mesmo sendo religiosas, afetaram a forma como a condição feminina era vista na época. Considerando a forma como os princípios religiosos dominam a vida da mulher no Renascimento, a Reforma e a Contrarreforma representaram dois momentos históricos essenciais para alterar a conjuntura existente em torno da imagem da mulher.

Marie Guyart de l'Incarnation aproveitou dos caminhos que foram abertos para as mulheres com a Reforma, principalmente no que tange continuar no caminho da santidade, sendo mãe e viúva. Maria Sybilla Merian seguiu o rumo da espiritualidade protestante radical, pois ao entrar em contato com a seita labadista, conseguiu romper com o marido, o qual representava o rompimento com o mundo familiar (DAVIS, 1997, p. 192), conduzindo-a a autorreflexão e ao diálogo com seu interior. Já Glikl bas Judah Leib tinha uma posição vulnerável na Europa cristã, justamente por ser judia, e ela teve contato com tipógrafos e tradutores iídiches que permitiram-na ter maior acesso ao pensamento judaico após a "abertura" religiosa. Essas mudanças foram possíveis devido à Reforma, mas é notório que a mulher pós-Reforma

continuava tendo os princípios aplicados na pré-Reforma: obediência e limitações na vida privada. A ordem natural da vida feminina nada mudava, as mulheres continuavam sendo vistas nos estereótipos da Virgem Maria e de Eva. Essa realidade de abertura não foi, em múltiplos aspectos, tão positiva como para os homens.

No contexto do período, não haviam “margens” somente para as mulheres, mas sim para muitos europeus que estavam longe dos centros, seja em consequência do credo, da família, etc., e alguns aceitavam estar na marginalidade, como os judeus, os naturalistas, os jesuítas, os labadistas e os missionários, personagens que foram tratados nesse livro de Natalie Zemon Davis. Todavia, para as mulheres, a repressão era mais forte, demonstrando que o que estava em jogo era o sexo.

### **Considerações finais**

O que os historiadores realmente querem dizer com o que escrevem? A partir desse questionamento, o que se torna importante na escrita da História são as formas de narrativas aplicadas, considerando a forma como as narrativas representam os eventos contidos nelas. Ao começar a falar de representações, precisamos levar em conta algumas premissas básicas que foram sendo concluídas ao longo dessa pesquisa.

O historiador, ao escrever um livro, artigo ou monografia faz uma pesquisa anteriormente, ou investigação histórica, fazendo uma teia de conhecimento sobre o passado o qual ele irá se remeter e escrever. Portanto, o historiador irá construir sua explicação sobre o assunto escolhido de forma que seja compreendida pelos seus leitores. Dessa forma, o historiador pode ser comparado a um contador de histórias, uma vez que ele seguirá uma ordem cronológica e conectará logicamente os fatos. Como diria Umberto Eco, a “intenção da obra” (*intentio operis*) é o que caracteriza a narrativa histórica, pois ela nada mais é que uma construção persuasiva, uma vez que as estratégias utilizadas pelas autoras e autores é construir um conteúdo que, de forma específica, chega ao final transmitindo as intenções ao leitor.

O debate sobre a legitimidade da narrativa historiográfica ainda não acabou, mas hoje não se questiona tanto o uso da imaginação do historiador como algo incompatível com a escrita histórica, mas mostra como a capacidade de inovação de alguns trabalhos históricos, como o de Natalie Davis, faz com que outros estudiosos sejam inspirados por essa diversidade de abordagens.

Com as mudanças historiográficas ocorridas na década de 1980, como já citado anteriormente, Natalie Zemon Davis é precursora ao pegar documentos sobre mulheres que não participaram da “grande História” e a partir disso contar fragmentos da história francesa entre os séculos XVI a XVII, que demonstram o nascimento do mundo urbano por meio da ótica da vida cotidiana e privada dessas mulheres. Essa busca historiográfica travada por Davis objetiva resgatar a memória dessas mulheres representadas por ela nos livros como sujeitos históricos ativos de seu tempo. “A manifestação da história, marcada pela memória, se estabelece através

das diversas narrativas femininas” (MAIA; DOMINGUES, 2015, p. 14), ou seja, são os laços afetivos no âmbito familiar e social que constroem a cultura feminina, a qual interpassa pela construção da sociedade moderna.

Na análise das representações contidas nas Cartas de Remissão, Davis permeia entre o ficcional e o histórico, trabalhando com linguagens apelativas e a burocracia que existia na França do século XVI. As representações que a autora faz das mulheres nesse livro nos mostram a dimensão simbólica da dominação masculina e a naturalização da submissão feminina, sendo escancaradas nas estratégias diferentes utilizadas por homens e mulheres nas cartas. A invisibilidade feminina é descortinada por Davis quando ela demonstra em sua análise como esses sistemas culturalmente expostos enfatizam os processos contidos nas cartas. Compreender o ser feminino presente nas narrativas de Histórias de Perdão é o que dialoga, intimamente, com Nas Margens. As mulheres nas Cartas e as três personagens do outro livro são um ótimo exemplo da micro história trabalhada por Natalie<sup>7</sup>, ou seja, são métodos historiográficos utilizados que descentralizam a ênfase dada aos grandes heróis da história, pois é a partir dos Annales que indivíduos, até então colocados como figurantes na totalidade de um evento histórico, são vistos como agentes históricos do nascimento da Idade Moderna, que é o recorte temporal do presente estudo.

A historiadora se move entre o macro e o micro durante os dois livros, mas em Nas Margens nota-se isso com maior significância, devido a ser um livro dedicado somente a essas três mulheres do século XVII. Estudar essas personagens nos leva a questões mais gerais dos anos 1600: representações das mulheres socialmente, religiosidade, colonialismo, etc. A trajetória dentro da micro história também nos remonta a aspectos mais específicos a partir de mulheres anônimas em seu tempo, mas que nos leva a uma história total. No decorrer da leitura, percebe-se como mulheres tão diferentes tinham tanto em comum entre si, pois Davis nos apresenta elas como mulheres que encontraram meios de agir em meio a um universo de possibilidades tão limitadas. Apesar do diálogo imagético traçado pela autora no prólogo do livro, tais mulheres nunca conseguiram se encontrar pessoalmente em sua época, todavia essa é uma estratégia muito positiva utilizada pela autora, pois subverte a lógica do texto acadêmico tradicional, fazendo com que elas dialoguem entre si em pelo século XX, levando o leitor e elas mesmas a entenderem o porquê de estarem juntas em um mesmo livro.

A relevância dessa proposta de trabalho encontra-se nesse contexto exposto acima, contribuindo para a compreensão da variedade de enfoques que as fontes podem ter para a História, afastando-se de documentos eruditos e oficiais. Essa análise feita é importante para compreendermos a construção da figura da mulher na modernidade e da forma como a autora as representa, tendo em vista os seus procedimentos científicos diferenciados.

---

<sup>7</sup> A autora Natalie Zemon Davis utiliza os métodos de análise da micro história a partir dos estudos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, como por exemplo na coleção *Microstorie*, publicada pela editora Einaudi entre 1981 e 1988

Enfim, as representações do papel da mulher nos estudos de Natalie Davis, na Europa Moderna, pode ser sintetizada em como a autora confronta e integra as vozes das personagens que passaram longe da “grande História”, mostrando como o nascimento do período moderno pode ser explicado a partir das relações do cotidiano e da vida privada, demonstrando como as mulheres do século XVI e XVII saíram do seu lugar social comum à época, não sendo representações de mulheres feministas ou heroínas a frente de seu tempo: todas tiveram as limitações que eram comuns em seu período histórico. As representações construídas pela autora trazem a concepção de que as mulheres possuem uma historicidade e são agentes históricos. Ao representá-las em seus livros, Davis critica a própria estrutura de como a História é escrita universalmente, e ela preenche lacunas sugerindo outras leituras possíveis acerca da História.

### Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. **Writing against culture**. In: R. FOX (ed.), *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991, p. 137-162.

AGAMBEN, G. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AQUINO, Ivânia Campigotto et al (Org.). **Língua, literatura, cultura e identidade**: entrelaçando conceitos. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia**. *Novos Estudos. CEBRAP*, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre as incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon. **Anthropology and History in the 1980s**: The Possibilities of the Past. *Journal of Interdisciplinary History*, 12(2):267-275. <http://dx.doi.org/10.2307/203028>, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Life of Learning**: Charles Homer Haskins Lecture for 1997. New York: American Council of Learned Societies, 1997.

Disponível em: [http://www.acls.org/Publications/OP/Haskins/1997\\_NatalieZemonDavis.pdf](http://www.acls.org/Publications/OP/Haskins/1997_NatalieZemonDavis.pdf). Acesso em: 02 de setembro 2019.

\_\_\_\_\_. **An e-mail interview with Martyn Lyons and Monica Azzolini**. *History Australia*, 2005.

\_\_\_\_\_. **Culturas do povo**: Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

\_\_\_\_\_. **Descentering history**: local stories and cultural crossings in a global world. *History and Theory*, 2011 p. 188-202. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2303.2011.00576.x>

\_\_\_\_\_. **Nas margens:** três mulheres do século XVII. São Paulo, Companhia das Letras, 1997

\_\_\_\_\_. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento.** Lisboa: Editora Estampa, v.1, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Civilização do Renascimento.** Lisboa: Editora Estampa, v.2, 1984.

DESAN, Suzane. **Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis.** In: HUNT, L. (org.). *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Provas e possibilidades. Posfácio à edição italiana de O retorno de Martín Guerre.** In: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HENDERSON Katherine; MACMANUS Barbara F. **Half Humankind:** Contexts and Texts of the Controversy about Women in England 1540-1640. Urbana and Champaign: University of Illinois Pres, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** São Paulo: Ed, UNICAMP, 1990.

MACHADO, Ironita A. Policarpo; REICHERT, Emmanuel Henrich. **Una historia, varias cuestiones:** ficción y realidad en la apropiación capitalista del espacio y del hombre. *Ulúa Revista de Historia, Sociedad y Cultura.* México. 2018: 121-141.

MALERBA, Jurandir (Org.). **História & narrativa:** a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **As muitas faces da história.** São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã ocidental.** In: NEVES, Abilio Afonso Baeta; GERTZ, René E. (Coord.) *A nova historiografia alemã - Diálogos Brasil - Alemanha nas Ciências Humanas.* Porto Alegre: Ed. Universidade - Ufrgs/Instituto Goethe, 1987.p. 14-39

\_\_\_\_\_. **Teoria da história:** Uma teoria da história como ciência. Editora UFPR. Paraná, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** Editora Contexto, São Paulo, 2001.

Artigo recebido em 19/10/2020 e  
aprovado para publicação em 27/10/2022